RESOLUÇÃO GPGJ nº 2.161

DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Denomina "Edifício Procurador-Geral de Justiça Carlos Antônio da Silva Navega" o imóvel do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro localizado na Avenida Marechal Câmara, 350 – Centro do Município do Rio de Janeiro, antigo Edifício Canavarro.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o Procurador de Justiça Carlos Antônio da Silva Navega exerceu suas funções por mais de quarenta e três anos de forma firme e combativa, protagonizando a implementação, no *Parquet* fluminense, das grandes mudanças trazidas pelo Constituinte de 1988;

CONSIDERANDO que o referido Procurador de Justiça foi Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro no período de 1985 a 1986 e Procurador-Geral de Justiça no período de 1987 a 1991;

CONSIDERANDO que o aludido membro exerceu a função de Corregedor-Geral do *Parquet* fluminense, nos anos de 2007 e 2009, durante os períodos de desincompatibilização eleitoral dos respectivos titulares, assim como voltou a exercer a chefia institucional em 2010, durante a desincompatibilização do titular;

CONSIDERANDO que, desde junho de 2010, o Procurador de Justiça Carlos Antônio da Silva Navega ocupava a posição de decano da Instituição;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento MPRJ nº 2017.01141349,

R E S O L V E

Art. 1º - O imóvel do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, localizado na Avenida Marechal Câmara, 350 – Centro do Município do Rio de Janeiro, atualmente nomeado Edifício Canavarro, passa a denominar-se "**EDIFÍCIO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA CARLOS ANTÔNIO DA SILVA NAVEGA**".

Art. 2º - A Secretaria-Geral do Ministério Público, por intermédio de sua Assessoria de Patrimônio Imobiliário, adotará as providências formais necessárias ao cumprimento do disposto no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2017.

José Eduardo Ciotola Gussem
Procurador-Geral de Justiça